A carência de enfermeiros põe em causa a segurança dos doentes na Guarda

2 Junho, 2017



Em reunião com o SEP no dia 30 de maio, a direção da Unidade Local de Saúde da Guarda (ULS Guarda) afirma estar a fazer um levantamento das reais necessidades dos serviços face à carência de enfermeiros, mas não se compromete com o pagamento do trabalho extraordinário.

Um dos temas em discussão na reunião prende-se com a Direção de Enfermagem. O SEP fez uma sistematização do processo de constituição e implementação deste órgão e sobre a sua importância e utilidade para a profissão.

A administração refugiou-se na solicitação de pareceres jurídicos e na interpretação do papel dos diversos atores no processo, enfatizando que a lei não equaciona no concreto a diversidade e a particularidade de uma Unidade Local de Saúde. Reconhecem, no entanto, que os Cuidados de Saúde Primários ficam claramente em desvantagem, pelo que estão a equacionar um processo que atribua quotas para haja uma representatividade mais equitativa.

Dotações seguras

O SEP sublinhou a grave carência de enfermeiros tendo em conta o volume de horas em dívida aos enfermeiros – superior a 20.000 horas no total, em alguns serviços superior às 3.000 horas/serviço -uma vez que, desde a reposição das 35 horas para os CTFP, não houve nenhuma medida política que autorizasse a contratação de mais enfermeiros.

O Conselho de Administração afirmou que estão a fazer o levantamento das necessidades ao nível dos serviços, não se comprometendo com o pagamento do trabalho extraordinário em dívida. Adiantou que a solução será o recurso à bolsa de recrutamento (que termina em agosto de 2017) e à consequente admissão de mais enfermeiros. Confirmou o levantamento dos dados referentes ao número de Enfermeiros Especialistas.

O SEP questionou sobre a questão da subcontratação de enfermeiros e quais as medidas a tomar nesse sentido. A administração afirma que têm como objetivo terminar com este tipo de recurso e que o processo de tramitação de contratação se encontra no Ministério das Finanças.

Precariedade

Nos Cuidados de Saúde Primários permanecem a escassez de recursos humanos, a carência de viaturas, as deficientes condições de manutenção e segurança e a ausência de qualquer resposta a um abaixo-assinado dos trabalhadores do Centro de Saúde de Seia.

A presidente desta administração reconheceu as carências apontadas pelo SEP. Afirmou ainda que desconhecia o abaixo-assinado a que o SEP se referiu e foi categórica na questão das viaturas, afirmando não existir verba para aquisição e, nesta questão, defendeu que as autarquias locais deveriam ser os primeiros responsáveis pela agilização dos transportes.

Segurança e saúde no trabalho

Revela-se fundamental a conceção de equipamentos e espaços facilitadores do desempenho, tais como materiais e instalações ergonomicamente desenhadas, áreas de circulação livres, redução de barreiras arquitetónicas, chão antiderrapante, camas de controlo automático, melhor acessibilidade telefónica e equipamentos informáticos de uso portátil, acessibilidade fácil ao material de reanimação, nomeadamente no Bloco Operatório, monitorização dos compostos orgânicos voláteis, controlo de toxicidade do ar ambiente e verificação da eficácia da exaustão com publicação dos resultados e conhecimento aos RT’s.

Apostar no reforço de equipamentos e condições de vigilância clínica e física, sendo exemplo a maior dotação de aparelhos de monitorização em quartos de isolamento e nos balcões do Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico com existência de um monitor para cada espaço de maca, é igualmente crucial.

Ao nível dos Cuidados de Saúde Primários não se deve descurar o problema com que se depara a esmagadora maioria das unidades com o fardamento, a separação dos lixos e as viaturas devidamente adaptadas, o insuficiente número e as reduzidas condições de segurança na esmagadora maioria das viaturas existentes.